

ABENG: IDENTIDADES, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS EM DISPUTA

Denise Almeida Silva (URI)

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI
Campus de Frederico Westphalen
Frederico Westphalen-RS, BR

Resumo

Esta análise estuda a revisão da memória e identidades nacional e pessoal no romance *Abeng*, de Michelle Cliff. Ressalta-se o papel organizador e construtor da memória, e, especialmente, a forma como as triagens, acréscimos e eliminações feitas sobre as lembranças impactam na construção da identidade individual e social. Nesse sentido, é decisivo o papel de memórias em disputa, subterrâneas e minoritárias, que desafiam a memória oficial, e trazem à tona histórias silenciadas que, uma vez conhecidas, são instrumentais para uma potencial reavaliação crítica da identidade pessoal e nacional. Embasa o trabalho o pensamento de Pollack (1989), Aleida Assmann (2011), Joel Candau (2011) e Stuart Hall (1996).

Palavras-chave: Memória, história, identidade, *Abeng*, Michelle Cliff.

Abstract

This essay analyses the revision of individual and national memory and identity in Michelle Cliff's novel *Abeng*. It highlights the operations of memory as an organizing and constructing agent, and the way selections, inclusions and exclusions impact on individual and social identity construction. In this context, the role of memories in dispute is particularly relevant. These subterranean minority memories challenge official history, and bring to surface silenced histories that, once known, are instrumental to trigger a potential reevaluation of individual and social identity. The critical thought of Pollack (1989), Aleida Assmann (2011), Joel Candau (2011) and Stuart Hall (1996) provides the theoretical foundation for this study.

Keywords: Memory, history, identity, *Abeng*, Michelle Cliff

Resumen

Este análisis y revisión de la memoria e identidades nacional y personal en el romance *Abeng*, de Michelle Cliff destaca el papel organizador y constructor de la memoria, y, especialmente, la forma como los añadidos y las eliminaciones sobre los recuerdos impactan en la construcción de la identidad individual y social. En ese sentido es decisivo el papel de memorias en disputa, subterráneas y minoritarias que desafían la memoria oficial, y, provocan la revelación de historias silenciadas que, una vez conocidas, son instrumentales para una potencial re-evaluación crítica de la identidad personal y nacional. El trabajo se apoya en el pensamiento de Pollack (1989), Aleida Assmann (2011), Joel Candau (2011) e Stuart Hall (1996).

Palabras claves: Memória, historia, identidad, *Abeng*, Michelle Cliff.

Introdução

Analiso, aqui, a revisão da história, memória nacional e pessoal no romance *Abeng*, de Michelle Cliff, uma revisão que tem lugar quando o país, recentemente tornado independente da Inglaterra, questiona sua real identidade. Nesse contexto, é especialmente relevante o papel da memória como formadora de identidade, i. e., da memória entendida enquanto potência, como a define Aleida Assmann (2011) em oposição à memória como arte, pensada nos termos da mnemotécnica. Essencial, também, é o questionamento de uma memória homogênea e homogeneizante, e o centramento em uma perspectiva construtivista, que ressalta os agentes e processos que intervêm na constituição da memória ao invés do produto memorial em si. Assim considerada, a memória se apresenta como múltipla, e pode-se falar em memórias em disputa.

Adoto, aqui, a noção de memórias em disputa discutida por Michael Pollak (1989) no contexto de seu questionamento da memória pensada de acordo com a tradição durkheimiana, segundo a qual os fatos sociais são tratados como coisas, o que permite tratar, como indicadores empíricos da memória coletiva, os pontos de referência comuns que estruturam a memória de um grupo, fundamentando e reforçando o sentimento de pertença de uma coletividade. Por outro lado, quando o processo, e não o produto é considerado, podem-se pensar os agentes, e privilegiar

diferentes pontos de vista, dentre os quais os dos excluídos de uma visão e posicionalidade homogênea. Assim, podem-se trazer à luz memórias dos excluídos, dos marginalizados, das minorias, que se opõem a uma “memória oficial”, como é o caso da memória nacional, fazendo com que se acentue o caráter problemático, uniformizador e opressor da memória de perspectiva única. Pollak chama a atenção para o fato de que essas memórias subterrâneas efetuam um trabalho de subversão no silêncio, e irrompem quase imperceptivelmente em momentos de crise, quando, então, a memória entra em disputa.

Publicado em 1984, mas tendo a história narrada situada no ano de 1958, o romance retrata uma época em que, ainda colônia britânica, o país passava por um momento de insatisfação com o governo colonial e revolta contra ele, o que levava, já em 1938, a um movimento pela independência da ilha. Quatro anos mais tarde, em 1962, a Jamaica iria declarar sua independência, ou “*Independence-in-practically-name-only*”, como a descreve o narrador onisciente do romance *Abeng* (CLIFF, 1995, p. 5). Escrevia-se, então, mais um capítulo na longa história de agitação política e de resistência na Jamaica, que remontava, já, aos primórdios do período colonial.

Quando Colombo lá aportou em 1494, os espanhóis declararam a ilha sua possessão; como buscassem aprisionar os índios para trabalhar em suas *plantations*, estes abandonaram as aldeias e abrigaram-se nas montanhas, onde se juntaram aos escravos fugidos, a maioria deles provenientes da costa ocidental da África – os *Maroons*.¹ Mesmo atacados pelos espanhóis, e mais tarde pelos ingleses, que assumiram o controle do país por volta

¹ Apesar de ser possível traduzir a palavra Maroon por “quilombola”, preservo aqui o termo porque este porta alusões histórico-culturais próprias ao contexto da resistência escrava na Jamaica. A palavra deriva do espanhol cimarrón, cujo significado original é “aquele que vive no topo das montanhas”, termo primeiro empregado com referência aos animais fugidos que retornavam ao seu estado selvagem. Posteriormente, a palavra passou a designar comunidades de fugitivos e/ou de escravos fugidos de seus senhores. Em sua revisão da história da Jamaica colonial em *Abeng* (1984, p. 20), Michelle Cliff registra que, além do significado original de fugitivo, indomável, empregado com referência ao gado fugido, o termo passou a conotar ardente, bravo, rebelde, acepções que se aproximam, também, do espírito da resistência maroon.

de 1655, as comunidades de *maroons* continuaram a crescer; por quase um século, de 1655 a 1740, resistiram ao poderio britânico.

A abolição da escravatura aconteceu em 1833 na Jamaica; ao início do século XX, a população negra era maior do que a branca, mas alguns senhores continuavam a recorrer ao trabalho escravo. Foi por essa época, nos primeiros decênios dos anos 1900, que o país iniciou sua luta pela independência política, a qual viria a ter lugar somente em 1962.

Na década de 1980, quando *Abeng* foi escrito, aumentava a desigualdade social e econômica: enquanto os ricos se enriqueciam cada vez mais, os pobres tornavam-se cada vez mais pobres. Por essa época, quase todas as nações do Caribe já se haviam tornado oficialmente independentes: era tempo, pois, de questionar a identidade das jovens nações, especialmente considerando-se as interferências ocasionadas pelo encontro colonial.

Sabe-se que, ao operar na memória, o acontecimento rememorado estará sempre em relação com o presente do narrador. No contexto de uma Jamaica que tão recentemente alcançara a independência, a revisão da história colonial no romance equivale a um exame identitário, um exame dos efeitos da operação da “lógica pervertida” da colonização, a qual, segundo Fanon (1963), se volta para o passado dos povos oprimidos, distorcendo-o e desfigurando-o a ponto de destruí-lo. Assim, a revisão da história colonial jamaicana, e de sua história subterrânea, equivale a uma prática de redescoberta identitária, baseada em um recontar do passado.

Tais atos de redescoberta imaginativa, como Hall (1996, p. 69) observa, são instrumentais em construir uma coerência imaginária à experiência da dispersão e da fragmentação, a qual, como o autor ressalta, “é a história de todas as diásporas forçadas”, pelo que urge que o abismo de separação criado pelo apagamento da África – o “termo ausente [...] que jaz no centro da [identidade cultural caribenha] e dá-lhe um sentido” – passe por um processo em que tais conexões esquecidas sejam, mais uma vez, restabelecidas. Dessa forma, tais textos, como Hall ainda propõe, constituem-se em recursos de resistência e

identidade, que restauram uma plenitude imaginária, a qual se contrapõe à história fragmentária e interrompida imposta pelo sistema colonial.

Comentando seu posicionamento enquanto escritora cuja experiência e herança é afro-caribenha, mas cuja educação/doutrinação é ocidental, Michelle Cliff (1990) descreve seu projeto autoral como tendo o propósito de rejeitar os silêncios sobre ela impostos, forjando linguagem através da qual possa dar voz ao que foi apagado, interrompido e desprezado na história de sua terra e de sua gente. É assim que, em *Abeng*, propõe a dupla revisão da história nacional e pessoal, para o que alterna notas sobre a história colonial com a narração acerca de uma família, os Savage, que metonimicamente representa a população jamaicana, tanto naquilo que foi influenciada pela herança cultural africana como pelo contato com o poder colonial britânico.

Abeng traz à tona uma contranarrativa oculta, mostrando, a partir do processo de maturação de Clare Savage, tanto os efeitos da ignorância acerca das origens culturais sobre a população, como os resultados de seu desvendamento. Para Clare, a redescoberta da história da sociedade patriarcal é instrumental para a redefinição de sua própria identidade como mulher e como negra, e para a compreensão das sutis diferenças raciais e sociais que, embora não abertamente confessadas, permeiam sua sociedade.

Não por acaso, a clivagem entre uma história oficial e uma história não oficial, e a distinção entre os que resistem e tornam-se sujeitos, e entre os que se encurvam e se assujeitam, encontra-se sugerida já no próprio título do romance – *Abeng*. Como explicado por Cliff em nota introdutória, “*abeng*” refere-se à concha, assoprada tanto para chamar os escravos ao trabalho como para a comunicação, à distância, entre os *maroons*. O romance é, pois, um chamado memorial que leva à revisão tanto da história da Jamaica colonial, como à da família Savage. Clare, especialmente, deve ter a oportunidade de conhecer sua origem, experimentar mais claramente seu lugar na sociedade, refletir sobre e vivenciar situações traumáticas e de exclusão para que possa posicionar-se como mulher e como negra.

***Abeng*: trabalho de memória e consciência de si, entre os saberes hegemônicos e a história silenciada**

Em *Abeng*, como em todo ato memorial, a referência às origens é resultado de um processo de seleção e escolha, circunstâncias pinçadas ao passado como fundamentos históricos de uma identidade, de forma a construir uma determinada imagem do passado. A narrativa centra-se, particularmente, nas relações entre o colonizador e o escravo, construindo um paralelo entre a perversidade do sistema escravista e o do colonial.

Ênfase é dada aos apagamentos da história e cultura negra operados pelos poderes coloniais. Tais apagamentos têm profundo impacto sobre a construção da identidade pessoal e nacional na Jamaica, já que, como Aleida Assmann (2011), retomando Maurice Halbwachs, alerta a respeito da construção de sentidos pela memória: ao entrarem na história, cada personalidade e cada fato histórico são transpostos para um ensinamento, conceito ou símbolo - contêm um significado e tornam-se um elemento no sistema de ideias de uma sociedade.

Após retemerem, inicialmente, ao momento de formação geológica da ilha – a uma narrativa de origens, portanto - os parágrafos de abertura de romance esclarecem que o livro focará o tempo que se seguiu àquele tempo primordial, enfocando a ilha enquanto espaço vivenciado pelos povos que ali viveram: índios, africanos e europeus. Logo a seguir, alternando as memórias nacionais com as individuais, o romance passa a apresentar a família que o protagonizará, os Savage, não sem antes situá-los em um tempo e lugar específicos. É julho, tempo de mangas.

Um longo parágrafo detém-se na descrição das mangas, suas muitas variedades, seu sabor e abundância: recobrem a ilha de ponta a ponta, onipresentes a tal ponto que prejudicavam a comercialização de outras frutas e doces por parte dos ambulantes. Nem sempre a manga fora tão abundante, mas 1958 configurava-se como um ano especial – a maior colheita da história recente do país. Mais tarde, o romance irá destacar a escolha do ano de 1958 por ser uma época de efervescência política, a qual antecede, em quatro anos, a independência do país. Inicialmente,

porém, é chamada a atenção para o destino daqueles que são deixados livres, sem interferência exterior, e disso dá testemunho a exuberância das mangueiras, frutas nativas, em relação às quais a interferência humana se limitava a uns poucos transplantes interespécies, sem, contudo, interferir mais profundamente com a planta: “*they did not tamper further*” (CLIFF, 1995, p. 5), assegura o texto. O verbo usado, *tamper*, tem o sentido de interferir de modo prejudicial ou negativo; intrrometer-se ou, ainda, mudar para pior. Além disso, o texto chama a atenção a capacidade de resistência dessa “fruta surpreendente”, a qual é capaz de permanecer escondida por anos por detrás de videiras e arbustos, guardando sua doçura para os mais humildes dos humildes – as aves e porcos nativos. Evidentemente, o interesse em muito extrapola o botânico ou zoobotânico, visando, antes, um comentário sobre o estatuto político da Jamaica, e à população que se formar mediante a intromissão do poder colonial.

Sucede ao texto sobre as mangueiras uma descrição dos mandatários do país, tendo, ainda, como referência o ano de 1958:

In 1958 Jamaica had two rulers: a white queen and a White governor. Independence-in-practically-name-only was four years away. The portrait of the White queen hung in banks, department stores, grocery stores, schools. Government buildings, and homes – from country-side shanties to the Split-levels on the hills above Kingston Harbor. A rather plain little white woman decked with medals and other regalia – wearing, of course, a crown. The whitest woman in the world. Elizabeth II, great-granddaughter of Victoria [...]

The population of the island was primarily Black (“overwhelmingly”, some sources said), with gradations of shading reaching into the top strata of the society. Africans were mixed with Sephardic Jews, Chinese, Syrians, Lebanese, East Indians – but the large working class, and class of poor people, was Black. (CLIFF, 1984, p. 5).

Como as mangueiras, que se espalham pela ilha e são inescapáveis à vista, a presença da soberana estrangeira se faz presente em toda a extensão da ilha, permeando todas as atividades sociais, econômicas e políticas, e alcançando toda a população, da mais pobre à mais abastada. Sob a influência da cultura branca europeia, a Jamaica desenvolveu uma estratificação social e econômica baseada na cor da pele, a qual privilegia a branquitude e os tons de pele mais claros; no texto citado, a cor branca dos governantes – da rainha ao governador geral da ilha, incluindo ainda os ocupantes dos estratos econômicos mais elevados – é acentuada pela repetição. Por outro lado, o texto chama a atenção, ainda, para a perversidade desse sistema discriminatório, em que às populações de pele mais escura reserva-se a marginalidade social. Percebe-se, pois, uma continuidade da mentalidade escravocrata, na qual cabem ao senhor branco as benesses do sistema, e o poder.

Toda a descrição da personificação da dominante suprema, a rainha Elizabeth, é feita de modo a ressaltar a sua *falta* de dignidade real: é uma mulherzinha branca comum (“*a rather plain little white woman*”); ademais, as insígnias reais são referidas como adornos (“*decked in medals and other regalia*”), figurando entre elas a coroa. Descrito dessa forma, o poder da soberana inglesa emana de fatores exteriores a ela, acessórios que podem vir a ser-lhe tirados, da mesma forma que um adorno pode não vir a ser portado por alguém. Além disso, a referência a seu parentesco com a rainha Vitória não é fortuita: o cargo que ocupa é resultado de fatores biológicos e políticos que a colocaram na linha de sucessão; ecos da relação colônia metrópole em seu auge, inescapáveis à menção da era vitoriana, também se fazem presentes.

Em contraste com essa soberana destituída de legitimidade e inerente majestade, constrói-se, na obra, a figura da líder *maroon* Nanny como a real soberana da ilha, uma heroína dotada de força interior e liderança, reconhecida por todos – negros e brancos – por sua capacidade estratégica e de resistência ao poder colonial. Antes, porém, a distinção entre a população branca e negra é mais amplamente elaborada através da caracterização do acesso

a bens culturais, exemplificado através da caracterização dos populações que frequentam diferentes igrejas e escolas na ilha.

Reservavam-se aos imigrantes enriquecidos, e a alguns descendentes de espanhóis de posses as igrejas e escolas de maior prestígio, católicas e protestantes; uma igreja especial, a *Parish Church*, é frequentada apenas pelo governador branco e membros da família real. Famílias de classe média, jamaicanos, ingleses e americanos, brancos e pretos, frequentam a igreja presbiteriana John Knox, liderada por um ministro britânico; o pequeno e modesto Tabernáculo tem entre seus adoradores, majoritariamente, mulheres negras e pobres.

Significativamente, a descrição das igrejas e de seus adoradores abre um parêntese para narrar como, durante uma das reformas da *Parish Church* – reservada, como se viu, aos dignitários políticos ingleses ou aos por eles instituídos – foi encontrado um caixão contendo os restos de uma centena de escravos trazidos da Costa do Ouro (atual Gana), os quais contraíram peste bubônica no barco que os trouxe à Jamaica. O achado é explicitamente interpretado pelo narrador onisciente como amostragem de muitos outros negros mortos durante a travessia de sua terra ao Caribe, e enterrados no oceano. É preocupação de Michelle Cliff em *Abeng*, pois, trazer a lume uma história oculta, que dá conta do não dito, uma contranarrativa que comenta os efeitos desse poder intromissor e opressor que interfere tanto na história nacional como na vida de seus cidadãos.

O romance dá ênfase ao saber e ao não saber em um contexto de construção identitária. Como é sabido, a consciência de si supõe um trabalho de memória que permite unir o que fomos, ao que somos e seremos. Joel Candau (2011) distingue três direções em torno das quais se realiza esse trabalho de memória: uma memória do passado, constituída de balanços, avaliações, lamentos, fundações, recordações; uma memória de ação, absorvida em presente evanescente, e uma memória de espera, a dos projetos, resoluções, promessas e esperanças.

Quando se percebe essa relação entre trabalho de memória, consciência de si e organização da experiência pessoal, avultam em importância as omissões deliberadas que visam um não-

saber. Não apenas a Jamaica é descrita como “*this island which did not know its own history*” (CLIFF, 1995, p. 96), como seus habitantes padecem de ignorância, estando alheios a sua herança cultural africana, que vem sendo distorcida sob o influxo da educação colonial:

The people in the Tabernacle could trace their bloodlines back to a past of slavery. But this was not something they talked about much, or knew much about in school they were told that their ancestors had been pagan. That there had been slaves in Africa, where Black people had put each other in chains. They were given the impression that the whites who brought them here from the Gold Coast and the Slave Coast were only copying a West African custom. As though the whites had not named the Slave Coast themselves. (CLIFF, 1995, p. 18).

Por seis vezes, na sequência deste capítulo, repete-se a expressão “*The congregation did not know*” ou equivalente, para introduzir uma série de fatos com relação à África e à escravidão cujo conhecimento tinha sido deliberadamente sequestrado da população jamaicana. A lista inclui: o contraste entre a escravidão praticada pelas sociedades tribais africanas e a organizada pela *Royal African Company* de Londres, as razões pelas quais a Inglaterra finalmente determinou o fim da escravidão, o fato de que a escravidão na Jamaica foi considerada a mais brutal do Novo Mundo, a taxa de mortalidade dos escravos, os castigos corporais dos escravos que trabalhavam nas plantações de cana, os estupros e açoites padecidos pelas negras escravas, os pagamentos recebidos por negros para denunciar a seus irmãos e o assassinato de líderes *maroons* por esses negros, a ignorância acerca dos reinos dos Ashanti e de Daomé (de onde a maioria de seus ancestrais procederam), bem como o total desconhecimento sobre Nanny, a grande líder dos *maroons*.

A listagem dessas omissões é ainda mais notável porque, entremeada a ela, e a interrompendo, há três relatos acerca da líder Nanny, os quais dão conta de: sua aparência pessoal majestosa, liderança, estratégias de resistência, conhecimento dos remédios da natureza e da força mágica de seus encantamentos, que a tornavam à prova de balas, a conquista da Jamaica espanhola pelos

ingleses, os 180 anos de resistência *maroon* à coroa britânica, a batalha final entre as tropas de *maroons* em Nany Town, a traição dos negros aquilombados por um negro aliado à metrópole, e o assassinato de Nanny – a contranarrativa sequestrada aos negros, e cujo conhecimento não apenas fortaleceria sua autoimagem como forneceria modelos comportamentais de resistência em meio a uma sociedade racista.

A importância de Nanny como símbolo e modelo no romance é dimensionada através do modo como Cliff resume a procedência de toda a população negra da ilha: “*In the begining there had been two sisters – Nanny and Sekesu. Nanny fled slavery. Sekesu remained a slave. [...] It was believed that all island children descended from one or the other.*” (CLIFF, 1995, p. 96). Mais que simplesmente uma referência ao regime escravocrata propriamente dito, a metáfora genealógica aplica-se a todos aqueles que se tornaram assujeitados, e àqueles que, ao contrário, resistiram a variadas formas de dominação, política e cultural.

A primeira referência a Nanny, a líder *maroon*, encontra-se logo após a introdução, no romance, da figura da avó materna de Clare, Miss Mattie. Já idosa e vivendo em área rural relativamente isolada, essa mulher é representada como líder, sacerdotisa e feiticeira. Cultiva valores centrados na herança cultural afro-caribenha: o companheirismo oferecido por comunidade de mulheres e a transmissão de saberes ancestrais, como cantos entoados nas línguas faladas pelos escravos e usos de ervas medicinais. Nisso o texto antecipa o valor do legado cultural das *maroons*, mais tarde focado a partir da figura de Nanny. Conforme Bilby Kenneth (1981), a sociedade *maroon* estruturava-se como sistema de poder cooperativo matrifocal, e seu núcleo girava em torno da valorização da mulher e de sua contribuição para a manutenção da comunidade. Como em outras regiões do Caribe, e em muitas sociedades escravas das Américas, uma forma de resistência à escravidão era a retenção de cultura – nomes, artesanato, línguas, crenças, filosofia, música e dança, práticas que representavam importante apoio psicológico na resistência ao processo de escravização, já que este envolvia

tentativas de quebrar a vontade dos escravos, ignorar sua humanidade e a cultura trazida de suas pátrias natais.

A avó da protagonista, Miss Mattie, é, pois, construída de forma a ressaltar sua liderança civil e religiosa em comunidade relativamente isolada, apesar de sua idade avançada. Dessa forma, Mattie não apenas antecipa como duplica, em escala menor, a figura da líder escrava: segundo avaliam os historiadores, Nanny teria se constituído em chefe dos *Windward Marrons* por volta dos sessenta anos, pois é improvável que pudesse ter assumido posição tão destacada quando ainda em idade procriativa.

Também é significativo, em *Abeng*, o registro de que Nanny era proveniente dos Ashanti, tribo que era conhecida por sua resistência ao Europeu na África Ocidental. Ademais, o texto ressalta como Nanny faz-se valer de seus conhecimentos rituais como forma de proteger os Windward Maroons em sua resistência às forças do exércitos britânicos.

“*There is absolutely no doubt that she actually existed. And the ruins of her Nanny Town remain difficult to reach*” (CLIFF, 1984, p. 15), registra o narrador onisciente. Ao negar a dúvida – e, portanto, inseri-la no texto – a afirmação obliquamente situa a líder *maroon* a meio caminho entre rebelde e mito, reproduzindo o lugar ocupado por essa mulher no imaginário jamaicano. Brown (s. d.) lembra como, com o advento da independência política do país, em 1962, a ênfase na história de resistência contra a escravidão, colonização e opressão econômica elevou a escrava ao *status* de heroína nacional. Anos mais tarde, em 1994, viria a ser honrada com a estampa de sua efigie nas notas de quinhentos dólares jamaicanos.

Apesar da escassez de registros históricos sobre Nanny – de acordo com Karla Gottlieb (2000, p. 23, apud Brown), a escrava é mencionada apenas quatro vezes em registros históricos, o mais importante dos quais é o documento relativo ao tratado de paz de 1740 que lhe concede, e a seus liderados, 500 acres de terra – discute-se hoje não sua existência, mas a natureza e extensão de sua liderança, já que é referida como guerreira, mas também como sacerdotisa e rainha.

Independente de qual tenha sido o real *status* dessa escrava, interessa a esta análise a importância dimensionada pelo texto à sua figura, a qual sem dúvida, como Brown ainda lembra, é símbolo da duradoura sobrevivência do legado cultural dos Ashantis na Jamaica, e uma alentadora promessa afrodiaspórica para uma população que vivenciou um regime de subserviência e dominação. À população da ilha, metonímica e metaforicamente representada por Clare Savage e sua família, é dada a oportunidade de se identificar como herdeira de Nanny ou de Sekesu, cultivando um legado de resistência, defesa da liberdade, e autoestima ou de opressão, servidão e alienação de sua herança cultural negra.

A protagonista Clare singularmente posiciona-se em um entre-lugar em sua própria cultura e família, como uma negra de pele clara (a qual lhe vale posição privilegiada em sua sociedade), filha de pai branco e mãe negra, e irmã de menina negra que se orgulha de sua pele escura. Seu pai, Boy Savage, descende de juiz inglês James Edward Constable Savage, designado para servir na Jamaica, o qual se tornara conhecido como senhor de escravos de invulgar brutalidade. Boy recebe educação britânica, e, como já ressaltado, identifica-se com a população branca de classe média e com os poderes coloniais: frequenta lugares onde convivem os “empregados da rainha branca”. No início do romance, Clare passa longos períodos em companhia do pai, que, como Ilmonen (2002) percebe, transmite-lhe narrativas eurocêntricas, como quando explica-lhe sobre o império romano e as pedras de Stonehenge, sempre tomando a Europa, e não a África, como berço da civilização.

Além de Boy Savage, a escola é o elemento que transmite a Clare e às outras crianças a versão europeia e hegemônica da história da Jamaica. Evidentemente, a real natureza do domínio colonial é diminuída a tal forma que a versão histórica apresentada não faz sentido, e Clare tem dificuldade em compreender sua lógica. *A St. Catherine's School for Girls* não omite o fato de que a Jamaica tenha sido uma sociedade escravagista, porém ênfase é dada ao fato de que a Inglaterra foi o primeiro país a libertar seus escravos; as terras concedidas aos *maroons* liderados por Nanny são mencionadas como uma bondosa doação inglesa,

mas a história da resistência *maroon* é omitida. Não se oculta, ainda, às alunas jamaicanas a revolta liderada por Paul Bogle, que é descrita como injustificável, e Bogle como merecedor de sua execução. Oculta-se às meninas jamaicanas o fato de que Bogle originalmente apenas protestava pacificamente contra a injusta prisão de um negro quando um de seus homens foi preso, o que motivou o início de seus confrontos com as autoridades britânicas. Outra forma de omissão, enfatizada pela forma de narração, é o pouco espaço dedicado a assuntos de relevância para a população da ilha, e o grande destaque dados a fatos sem importância para os jamaicanos:

They also taught her about Anne Bonney and Mary Reade, the pirates. Captain Kidd. Henry Morgan, a buccaneer who had become governor. Port Royal, the meeting place for galleons and privateers on the Spanish Main, which sank under the sea in an earthquake in the seventeenth century as payment for its wickedness. [...] She knew that there had been Maroons, and that many of them still existed in the towns of the Cockpit Country. But she learned that these towns had been a gift from England in compensation for slavery. Slaves mixed with pirates. Revolution with reward. And a sense of history was lost in romance. (CLIFF, 1984, - 31).

Em outra ocasião, quando as professoras tentam explicar o Holocausto, escapa à compreensão de Clare como o desaparecimento de seis milhões de pessoas, e, mais tarde, a fumaça produzida por seis milhões de corpos poderia ter passado desaparecida. Progredindo em suas explicações, as professoras comparam o sofrimento dos judeus à primitiva religiosidade dos africanos, a qual, segundo elas, fora a responsável por levar os pretos à escravidão; mencionavam, ainda, como aos brancos fora ordenado proteger os outros povos. Em silêncio, alunos negros, amarelos, asiáticos, judeus, árabes, bem como crianças brancas ouvem a explicação.

A escola, institucionalmente, e a nível familiar Boy Savage representam a cultura europeia; por outro lado, Kitty Freeman, mãe de Clare, sua avó materna, Miss Mattie, e sua amiga Zoe são profundamente identificadas com a cultura negra. Kitty Freeman,

de educação rural, valoriza sua herança africana, e sente-se mais à vontade ao falar o *patois* do que o inglês. Clare nota claramente a diferença entre a mãe e as professoras brancas de sua escola, as quais insistem em que todas as meninas comportem-se como “*ladies*”, o que a menina traduz como um comportamento caracterizado por certo distanciamento (*aloofness*) e frieza cerimonial ante os de situação social inferior, pelo emprego do inglês “apropriado” e refinamento de atitudes, bem como pelo uso de produtos britânicos em detrimento dos manufaturados localmente. A menina percebe, que, por esses parâmetros, sua mãe está longe de ser uma “*lady*”.

Como o narrador descreve, a comparação entre o comportamento de sua mãe e das professoras de sua escola constitui-se em enigma de difícil solução para a menina (“*Clare’s mind got caught in a tangle with her mother and the mistresses*”) (CLIFF, 1995, p. 100), uma vez que Clare ignora o papel fundamental que raça e cor da pele têm nessa diferenciação. Contudo, esses são fatores tão essenciais à política administrativa e educacional escolar quanto cuidadosamente ocultos, através de eufemismos e outras vagas justificativas para suas práticas discriminatórias:

Light and dark were made such of in that school. It was really nothing new in Jamaica – but, as in the rest of the society, it was concealed behind euphemisms of talent, looks, aptitude. [...] Color was diffuse and hard to track at St. Catherine’s, entering the classrooms as seating arrangements, disciplinary action, entering the auditorium during the casting of a play. The shadows of color permeated the relationships of the students, one to one. (CLIFF, 1984, p. 100)

Apesar da manifesta aderência à cultura negra, Kitty Freeman não escapa à influência da sociedade em que vive, e é, também, vítima da ignorância acerca de aspectos históricos que poderiam levá-la a melhor se situar quanto a sua origem racial. Como filha de mestiça descendente de pretos e brancos, cujo pai era de origem desconhecida, a mãe de Clare é considerada *red*, termo que, como Noakes (2004) esclarece, no contexto jamaicano refere-se à combinação de pele clara ou amarelada

com cabelo crespo ou outra característica negra. Kitty Freeman essencializa o uso do termo *red*, assumindo que “*her people were called 'red' and they knew that this was what they were*” (CLIFF, 1984, p. 54).

Contudo, como o narrador onisciente enfatiza, tanto os Freeman como os Savage, negros e brancos, têm a mesma nobreza na Jamaica, lugar em que todas as famílias são antigas: já na tripulação de Colombo havia um homem negro, Pedro Alonso Niño; ademais, não houve, no país, ondas de imigração, nem a influência de colonizadores procurando novas fronteiras, mas apenas o cruzamento de brancos com negros, sempre com a precaução de que a cor negra não se tornasse saliente (CLIFF, 1984, p. 54; 67). A percepção da percentagem de brancos como maior do que em realidade é deve-se a uns poucos habitantes brancos, detentores do poder: pessoas ligadas à administração colonial, ou professores de escolas prestigiosas, turistas abastados ou estrangeiros proprietários de condomínios para idosos. Por outro lado, mesmo ignorando seu direito histórico à igualdade com os brancos, os Freeman, como herdeiros de Nanny, não se envergonham de sua cor, nem sentem-se deslocados na engrenagem social: “*The Freemans did not question this structure [...] The Freemans fit themselves into the structure and said that yes they were red people, and that was nothing to be ashamed of. At the same time preserving their redness.*” (CLIFF, 1984, p. 54).

A pequena escola que atende às crianças negras, a qual Kitty Freeman frequentara em criança, recebia, como todas as outras, manuais recebidos do escritório do governador, o qual, por sua vez, os recebera do escritório do departamento de assuntos coloniais de Londres, de forma a garantir que todas as crianças das colônias recebessem idêntica educação. Para essa população bastava, aos olhos da coroa, enfatizar a leitura, escrita e matemática elementar, além do ensino sobre a monarquia britânica; quanto à história da Jamaica, deveria ser encarada como pertencente à história da Inglaterra, abarcando, portanto, os nomes dos almirantes que conquistaram a ilha dos espanhóis, os tratados que a tinham tornado possessão britânica, o plantio da borracha quando o de açúcar não era mais rendoso, e a importação de mão de obra quando a escravidão havia sido abolida – tudo

datado, brevemente descrito, e apresentado para memorização. Contudo, apesar de os manuais requererem o ensino de clássicos da literatura inglesa, obrigando as crianças a memorizarem obras sobre realidades que desconheciam, como os narcisos do famoso poema “Daffodils”, de William Wordsworth, o professor negro dessa pequena escola, Mr. Powell, faz a diferença. Adepto de Marcus Garvey, o professor unira-se à Associação Universal para o Progresso Negro e, é claro, entretinha suas próprias ideias sobre a educação das crianças da ilha. Assim, ao invés de Wordsworth, propõe-lhes o estudo de “*Maroon Girl*”, poema do patriota e poeta jamaicano Walter Adolphe Roberts que enaltece a memória de Nanny e suas herdeiras: “*She is a peasant, yet she is a queen; / She is Jamaica poised against attack. [...] She stands on ground for which her fathers died; / Figure of savage beauty, figure of pride.*” (CLIFF, 1984, p. 91).

Mesmo contando com a influência de um professor negro que formara gerações de seus concidadãos, um professor que bem compreendia a violência do programa educacional colonial, e, pois, ignorava alguns dos parâmetros oficiais que o levariam a adotar o currículo imperial homogeneizante e elitista, a comunidade à qual servia partilhava a mesma ignorância histórica que caracterizava os negros da comunidade do Tabernáculo, em Kingston. Como aqueles, pouco sabia acerca dos primitivos habitantes de sua terra, os Arawak; havia ouvido falar sobre os *maroons*, mas desconhecia as batalhas por eles travadas: Arawaks e *maroons* não passavam, para eles, de nomes, significantes desvinculados de significado. Percebe-se, assim, a pervasividade do sistema colonial: da capital a um isolado vilarejo rural prevalece a ignorância da história que realmente importa aos negros da ilha.

Subjaz a tal ignorância histórica uma memória “proibida”, ligada à dominação colonial, e que opera uma clivagem entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, levando a uma oposição entre o estado dominador e a sociedade civil. A esse apagamento juntam-se os silêncios de uma memória envergonhada, como é o caso da de Miss Mattie, que omitem para a sua progênie e a muitas outras pessoas, a forma peculiar de escravidão a que foi submetida quando criança. Nascida em

1892, e, portanto, cinquenta e oito anos depois da abolição da escravatura pela Coroa britânica em 1834², Mattie experimentou forma de escravidão que perdurou após a emancipação, quando, ainda criança, trabalhou na colheita de cana, juntamente com sua mãe e muitas outras crianças. Embora o capataz fosse seu primo, este a surrava, demandando mais agilidade no trabalho, e proclamando a sempre sabida preguiça do negro. E, contudo, os fatos ocultados por Mattie poderiam ter levado seus próximos a compreendê-la melhor: “*Had she done so [told her children about that matter] her children might have been able to understand her better*” (CLIFF, 1984, p. 142)

A fim de que Clare possa compreender a si mesma, e identificar-se como herdeira de Nanny ou de Sekesu, é preciso que seja exposta à convivência com a população cuja realidade desconhece, para o que se apresenta oportunidade quando, encerrado o período escolar, visita a avó materna em sua habitação rural. Lá, novos conhecimentos são construídos em companhia de menina negra, Zoe, cuja amizade e companhia goza dos dez aos doze anos, nos meses de férias. É junto a Zoe que Clare vivencia a intensidade do preconceito contra o negro e o pobre.

Já de início, a relação entre as meninas é marcada pela desigualdade social: foi consciente de sua condição de posseira nas terras de Miss Mattie que Miss Ruthie concordou com o pedido da primeira para que sua filha fizesse companhia a Clare durante as férias. Ademais, Ruthie recordava sua ex-colega de escola Kitty Freeman como uma mulher decente. Zoe, contudo, ignorava o que esperar de Clare, menina da cidade, e *bukra*³; por outro lado, Zoe representava, para Clare, a primeira menina pertencente ao lugar onde sua mãe passara a infância. Limitada por fronteiras raciais e sociais, a amizade entre as meninas é referida como

² Embora a *Slavery Abolition Act* (Lei de abolição da escravidão) tenha sido aprovada em 1833, previa que os escravos fossem libertos a partir de 01 de agosto de 1834. *Cliff opta pela data da efetiva aplicação da lei.*

³ Termo pejorativo usado empregado pelos negros contra os brancos no Caribe anglófono, equivalente a “*nigger*”, pejorativo usado pelos brancos contra os negros.

a friendship [...] expanded and limited in this wild countryside [...] bounded by bush and river and mountain. [...]

This was a friendship – a pairing of two girls – kept only on school vacation, and because of their games and make-believe might have seemed to some entirely removed from what was real in the girl's lives. Their lives of light and dark – which was the one overwhelming reality. (CLIFF, 1984, p, 95-96)

A desconfiança de Zoe com respeito a Clare se aprofunda quanto esta a convida para uma caçada a porcos selvagens. Na qualidade de alguém que dependia dos favores da avó de Clare, Zoe intui que, se a arriscada aventura (que envolvia o roubo de arma e de munição, e a matança animal) desse errado, não só receberia a maior parcela da culpa, como poderia vir a perder o local de habitação. Com mais atilado senso crítico que o de Clare, percebe a diferença entre sua posição de menina branca, da cidade, de passagem na região, e a sua, de menina negra, habitante local e, pois, sujeita a ser posteriormente estigmatizada pela culpa pelos demais moradores.

A planejada caçada é descrita de forma a oferecer metáfora contrastiva à das mangueiras, exposta ao início do livro. Se as mangueiras atestam a vitalidade dos seres intocados pela intromissão colonial, os porcos selvagens exemplificam exatamente o oposto. Habitantes primevos da ilha, tinham sido a forma de vida animal predominante antes mesmo da presença dos conquistadores, mais numerosos mesmos que os Arawaks. Contudo, as manadas de porcos selvagens achavam-se, em 1958, dizimadas, o que se devia à introdução de animal estranho à ilha pelos conquistadores. Trazido à Jamaica como predador das cobras que atacavam os cortadores de cana, o animal não apenas cumpriu essa tarefa inicial como, acabadas as cobras, passou a dizimar outros animais – galinhas, aves e porcos selvagens.

Por outro lado, o nome do porco de estimação de Miss Mattie, Massa Cudjoe, o qual vem a ser morto por tiro desferido por Clare, tem ressonâncias históricas e simbólicas. Cudjoe é tido como um dos cinco irmãos de Nanny. Juntamente com os

seus outros irmãos, Accompong, Johnny, Cuffy e Quao, Cudjoe e Nanny fugiram de uma *plantation* e encontraram refúgio nas *Blue Mountains*, aonde se juntaram aos Arawakes e Tainos; Nanny e Cudjoe passaram a liderar os dois maiores grupos de *maroons*, os *Westward Maroons* e os *Leeward Maroons*, respectivamente. Cudjoe assentou-se em *Saint James Parish*, então chamada de *Cudjoe Town*; Nanny e Quao assentaram-se em *Portland Parish*, então conhecida como Nanny Town. Como Nanny, Cudjoe passou à história como um líder corajoso, responsável pela liberdade de centenas de escravos; de 1731 a 1738 liderou os *Leeward Maroons* tão eficientemente que os ingleses reconheceram-se vencidos e assinaram um tratado de paz, pondo fim à Primeira Guerra Maroon. Nanny, contudo, se opôs aos termos do tratado, que reconhecia os *maroons* como uma nação independente, concedendo-lhes 2500 acres de terra em diferentes locais, porém mantinha sua liderança sob supervisão britânica; além disso, o tratado incluía pagamento pela devolução de escravos fugitivos, e a garantia da aliança *maroon* em caso de ataques da França e/ou Espanha. Esses termos divisionistas foram considerados por Nanny como uma forma de opressão; a pressão dos *Windward Maroons* sobre os britânicos cresceu a tal ponto que deu origem à Segunda Guerra Maroon. Derrotados, os *maroons* assinaram um segundo tratado de paz, que, conforme consta, foi assinado por outro irmão de Nanny, Quao; os termos desse segundo tratado também pareceram a Nanny insatisfatórios (DACOSTA; TRENTON, s. d.).

Ao narrar os episódios finais da Segunda Guerra Maroon em *Abeng*, Cliff enfatiza as traições que levaram ao enfraquecimento dos *maroons*. Após liderar seu povo através das *Blue Mountains*, Nanny encontra-se com Cudjoe em um lugar seguro e autoriza Kishee a inteirar Cudjoe acerca de seus planos: unirem-se aos *Leeward Maroons* contra os britânicos com a ajuda dos índios Miskitos, através dos quais os *Windward Maroons* tinham feito contato com o governador espanhol. Este prometera-lhes liberdade caso vencessem aos ingleses, devolvendo a Jamaica aos espanhóis. Como Cudjoe rejeita essa oferta de aliança, retorna seu território. Não muito depois Nanny é assassinada (traída por Kishee); Cudjoe assina um tratado de

paz com o governador britânico. Segundo a versão apresentada no romance, Cudjoe teria prometido entregar rebeldes à Coroa. O fim do relato é melancólico: “*He and his followers became known as the King’s Negroes. Some said he had tired of fighting. Others that he wanted to consolidate his power*” (CLIFF, 1984, p. 21-22).

O nome *Massa Cudjoe*, dado ao porco selvagem de Miss Mattie, lembra, pois, uma identidade enfraquecida, ambivalente, afetada e cindida em suas lealdades, da mesma forma que os descendentes da ilha, divididos entre Nanny e Sekesu, possuem uma identidade fendida. Vale, porém, ressaltar que o porco de Miss Mattie era um sobrevivente: dele se diz que “*no one had been able to kill him*” (CLIFF, 1984, p. 112) – feito memorável para um porco relativamente idoso, dada a ação dos predadores, como os mangustos, e o fato de que fora, já, marcado por uma bala. Mesmo sua morte foi provocada por alguém que queria provar sua própria capacidade de sobrevivência, e entender seu lugar em um mundo que nem sempre lhe fazia sentido. Foi como um ato de afirmação e autodescoberta que Clare planejou a caçada: “*A girl of twelve was feeling her way into something. A girl of twelve thought that by taking a gun she acquired some power, some independence. She thought she was defending herself and a friend from the stares and shouts of a cane-cutter, and proving she could survive in the bush.*” (CLIFF, 1984, P. 150).

Interpretado nos próprios termos definidos pela adolescente, os resultados imediatos da caçada parecem provar que ainda não é uma sobrevivente. O incidente custa-lhe a perda da amizade de Zoe e acaba por provocar-lhe “desterro”: sua presença não é mais desejada pela avó; punida pelos pais, é enviada para a casa de Miss Phillips, velha amiga dos Savage, onde, esperam, sua filha aprenda a se comportar de modo apropriado. Esse é mais um indicativo do entre-lugar ocupado por Clare, já que o pai atribui seu mau comportamento ao sangue negro, e, a mãe, ao sangue branco. A menina precisa, assim, de tempo para, em isolamento, repensar sua posição na família e na sociedade.

O desterro na casa de Miss Phillips prova ser um tempo de aprendizado e maturação. Isolada, a adolescente tem tempo para

pensar nos episódios daquele verão, os quais avalia através de entradas em um diário; decisivo, também, é seu contato com Mrs. Stevens, mulher branca que tinha sido afastada do convívio com os seus após ter engravidado de um empregado negro, e sido forçada a doar o nenê. Mrs. Stevens (ou Miss Winifred, como prefere ser chamada) avalia a punição recebida de sua família como um ato desprovido de imaginação, já que esta agira de acordo com sua tradição. Mais uma vez, agora com relação à minoria branca da ilha, o romance acentua o não saber, exemplificado não só pela manutenção da tradição de superioridade e distanciamento entre as raças como pela adoção, não crítica, da ideologia da missão civilizatória do branco. Avaliando o tráfico negreiro, Miss Winifred diz ter pensado, inicialmente, viver em um mundo ordenado, onde um processo evolutivo resultaria no surgimento de pessoas, gado, pássaros e mangustos (“*I used to think [...] we began our existences as fishes and turned into people and birds and cattle and mongeese too*” (CLIFF, 1984, p. 164). Percebe depois, porém, que predadores e os seres por eles predados não podem viver em um mundo dotado de harmonia e propósito: “[...] *of course that is not how it was. They brought people here in chains and then expected to prosper. They killed off all the Indians and all the snakes and believed they were doing good.*” (CLIFF, 1984, p. 165). Esse era um projeto colonial que, como Miss Winifred ainda avalia, mereceria sua própria recompensa, mesmo após o passamento dos primeiros agentes que o puseram em prática – “*all gone now*”, avalia ela. Contudo, sua recompensa acha-se gravada no corpo da mulher, no seu próprio corpo, e para sempre. Para sempre, também, os moradores da ilha deverão avaliar os resultados desse encontro, e escolher sua verdadeira filiação.

Naquela noite, Clare sonha com Zoe: ambas estão em luta corporal; Clare atira-lhe uma pedra no rosto, e vê o sangue escorrer da face da amiga para a superfície rochosa aonde se assenta. Então pede-lhe desculpas, e lava-lhe as feridas, espremendo, para isso, o sumo de uma erva. Nisso Clare inicia um processo identificatório com a mãe, e com o mundo e saberes negros que ela representa. Significativamente, este é o dia em que a adolescente torna-se mulher, com sua primeira menstruação. A

obra termina em aberto, sinalizando um processo de maturação apenas iniciado, e uma provável conciliação da menina com a parte de si mesma que a fazia herdeira de Kitty, Mattie e Nanny: “*She was not ready to understand her dream. She had no idea that everyone we dream about we are.*” (CLIFF, 1984, p. 166).

O romance enfoca em sua conclusão, assim, os efeitos do não saber. Esse é, porém, um não saber provisório, já que aponta para um provável momento em que a menina estaria não somente pronta para a plena avaliação do que agora lhe escapa à compreensão, como teria uma avaliação clara de sua própria identidade. Uma vez que a adolescente representa, metaforicamente, os habitantes da jovem nação recentemente tornada independente da Inglaterra, a obra acena com a esperança de que chegaria um momento em que, conhecida a sua própria história, os jamaicanos saberiam quem são, podendo, assim, determinar os rumos de seu próprio destino.

Conclusão

A história de Clare Savage, e o chamado memorial efetivado em *Abeng* com a exposição da contranarrativa da história jamaicana, acentua o prejuízo identitário causado pelo ocultamento da história e memória de raiz africana, dano do qual Clare é constituída em símbolo. Por outro lado, a exposição de memórias tornadas subterrâneas, traz a revelação de uma história concorrente negra, e a sugestão de que, sob a influência dos modelos comportamentais e culturais ancestrais, e a partir da comparação dos mesmos aos modelos britânicos aprendidos na escola e com o pai, a menina (e, metonímica e metaforicamente a nação) venha a fazer a opção pela herança africana, tornando-se uma real herdeira de Nanny. O fato de que o destino final da menina é deixado em suspenso (a história é retomada em romance posterior, *No telephone to heaven*) é, ainda, outra maneira de sugerir a extensão do dano causado pela supressão de saberes na construção identitária pessoal e nacional.

Contudo, considerando-se o modo como se constitui o trabalho organizador da memória formadora de identidades, o intervalo temporal necessário ao processo de maturação pode

ser compreendido como um tempo de descoberta e reavaliação crítica, em que, recuperada a memória do passado, o trabalho de memória permita unir o que se foi ao que se é e ao que será. Informada pelo passado, a memória de ação poderá, então, operar na direção de uma memória de espera, projetando ações, planejando resoluções e animando-se com esperanças e promessas de um futuro mais digno e promissor.

Referências

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

BROWN, Juanita. Nanny of the maroons: history, memory and imagery. The Gilder Lerman Center for the study of slavery, resistance & abolition. Disponível em: <<http://www.yale.edu/glc/nanny.htm>>. Acesso em: 22/05/2015.

CANAU, JOËL. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CLIFF, Michelle. *Abeng*. New York: Plume, 1995.

_____. Clare Savage as a crossroads character. In: CUDJOE, Selwyn R. (ed.) *Caribbean women writers: essays from the first International Conference*. Wellesley, Mass.: Calalou Publications, 1990. p. 263- 268.

FANON, Frantz. *The wretched of the earth*. New York: Grove Press, 1963.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural e Diáspora*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 68-75, 1996.

ILMONEN, Kaisa. Rethinking the past, rewriting the history counter-narratives in Michelle Cliff's *Abeng*. *The Atlantic literary review*, v, 3, n. 2, p. 110- 128, Apr- June 2002.

DACOSTA, Maxie; TRESTON, Robin. Indigenous people and Jamaica history. *Jamaica's history*. Disponível em: <<http://ajamaicaexperience.com/jamaicas-history/>>. Acessado em: 22/05/2015.

NOAKES, Beverley Ormerod. The 'Brown Skin Gal' in Fact and Fiction. *Kunapipi*, v. 26, n. 1, 20024, p. 9-19.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

VELOUTA-VAZQUEZ, Begoña. *Maroon girl: digging up history in Michelle Cliff's novels*. s/d. Dissertação (Master of Arts). Graduate

School, University of Kansas. s/d. Disponível em: <books. Google.com.br>. Acessado em: 22/05/2015.